

2759/2004

INDENIZAÇÃO. REVERSÃO AO FAT. A indenização decorrente dos danos causados à ordem pública, em face de lesão a direito do cidadão trabalhador, deve reverter ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de **RECURSO ORDINÁRIO VOLUNTÁRIO**, provenientes da 3ª Vara do Trabalho de Joinville, SC, sendo recorrentes **1. BEBIDAS PRÍNCIPE LTDA. E OUTRO (02)** e **2. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO** e recorridos **OS MESMOS**.

Ambas as partes interpõem recurso ordinário.

As rés (Bebidas Príncipe Ltda. e a sua sócia-gerente) insurgem-se contra as obrigações de não-fazer e respectivas *astreintes* impostas na sentença, bem como contra o pagamento de indenização por danos causados à ordem pública. Alternativamente, pedem a redução do valor da indenização arbitrado pelo Juízo de 1º grau.

Recorre também o Ministério Público do Trabalho, autor da ação. Pede: (a) a imposição de obrigação de fazer, consistente na determinação de que a empresa-ré observe rigorosamente as condições e prazos previstos no art. 477 da CLT quando da extinção dos contratos de trabalho de seus empregados, sob pena de pagamento de multa; (b) a elevação da indenização

imposta na sentença em razão dos danos causados à ordem pública e (c) que essa indenização reverta ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Contra-razões são apresentadas, e os autos sobem.

O Ministério Público do Trabalho manifesta-se à fl. 123.

É o relatório.

VOTO

Conheço dos recursos e das contra-razões, atendidos os requisitos legais de admissibilidade.

MÉRITO

RECURSO DAS RÉS

As rés, inicialmente, enaltecem a decisão do Juízo de primeiro grau de impedir o assento do representante do MPT ao seu lado na audiência de fl. 34.

Embora essas considerações das rés não substanciem qualquer insurgência recursal propriamente dita, é importante salientar que essa decisão do Juízo sentenciante gerou, por parte do MPT, o ajuizamento da Ação de Segurança nº 842-2003-000-12-00-7. Nela, os Juízes da Seção Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal, à unanimidade, concederam a segurança pleiteada, garantindo ao membro do MPT o assento à

direita e no mesmo plano de igualdade do Julgador da presente ação trabalhista ordinária.

Desse julgamento resultou a seguinte ementa, da lavra da Exma. Juíza Ione Ramos, *verbis*:

"MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. ATUAÇÃO COMO PARTE. ASSENTO À DIREITA E NO MESMO PLANO DE IGUALDADE DO JUIZ. A teor dos arts. 18, I, "a", e 21 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, é garantia institucional do Ministério Público posicionar-se, na sala de audiências, no mesmo plano de igualdade e imediatamente à direita do Juiz, ainda que sua atuação se dê como parte, uma vez que, como instituição unitária e indivisível, defende imparcialmente interesse público indisponível." (Ac. Nº 2925/2004).

Feitas essas considerações, passo à apreciação das proposições recursais das rés.

1. DA SIMULAÇÃO DE LIDES. DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E RESPECTIVAS ASTREINTES

O Juízo originário concluiu que restaram comprovadas as alegações da inicial de que a empresa-ré teria pressionado vários de seus empregados despedidos a interporem ações trabalhistas, por meio de advogado escolhido pela empresa, com a intenção de *"inibir qualquer reivindicação de direito posterior à rescisão, (...) buscando assim um efeito homologatório com força de coisa julgada"* (sentença, fl. 77).

Concluiu, ainda, que a empresa utilizava documentos assinados em branco pelos seus empregados (ou parcialmente preenchidos) para confeccionar as procurações a serem fornecidas para esse advogado.

Em consequência, condenou a empresa-ré (e solidariamente a sua sócia-gerente) nos seguintes aspectos: a) a abster-se de sugerir, induzir, pressionar ou obrigar seus empregados ou ex-empregados a outorgarem procurações a advogados por ela escolhidos, a assinarem documentos em branco ou parcialmente preenchidos e a proporem ações trabalhistas com vistas a receberem quaisquer créditos decorrentes da relação de trabalho; e b) a abster-se de promover lide simulada, com qualquer finalidade, inclusive para obter homologação de transação ou conciliação judicial, sob pena de pagamento de multa, em favor do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador, no valor de R\$ 20.000,00 por conduta acima descrita, exceto a de assinar documentos em branco ou parcialmente preenchidos, quando então o valor da multa será de R\$ 10.000,00 (sentença, fls. 77/78).

As rés interpõem recurso ordinário alegando a inexistência de provas acerca dos fatos narrados pelo *Parquet* na petição inicial, reconhecendo apenas a existência de meros indícios, segundo elas insuficientes para sustentar a condenação imposta pelo Juízo de 1º grau.

Pois bem.

O Procedimento Investigatório nº 38/2003, realizado pelo MPT da 12ª Região e que culminou com o ajuizamento da presente ação civil pública, foi desencadeado pelo ofício remetido ao *Parquet* pela 2ª Vara do Trabalho de Joinville dando conta que em várias ações trabalhistas distintas, movidas por ex-

funcionários da Bebidas Príncipe Ltda., os autores teriam afirmado que não contrataram o advogado que os representava, Dr. Cláudio José de Campos, e que teriam tomado conhecimento das ações ajuizadas em seu nome apenas quando notificados a comparecerem às respectivas audiências.

Os três ex-funcionários da empresa-ré, de forma uníssona, ao serem inquiridos pelo Juiz, confirmaram que nem sequer conheciam o advogado que os representava, não tendo, conscientemente, outorgado poderes para que o causídico ajuizasse as ações trabalhistas (Marcos Emilio Sokacheski à fl. 18, Fernando Luiz Andrade Bhiense Junior à fl. 14 e Arnoldo Cesar do Nascimento à fl. 49, todas dos autos apensados).

Note-se, ainda, que em uma das ações trabalhistas referidas (a de nº 79/2002, que tem como autor Fernando Luiz Andrade Bhiense Junior), foram ouvidos mais 2 ex-funcionários da empresa-ré, Dionísio da Silva Duarte Neto e Valdir Valcanaria. Ambos confirmaram que *"com eles aconteceu o mesmo, ou seja, foi movida uma ação com o mesmo procurador sem que eles soubessem"* (fl. 31 dos autos apensados).

Portanto, cinco ex-empregados da 1º ré confirmaram perante o Juiz a *"montagem"* de ações trabalhistas em seus nomes.

Outro fato importante, expressamente salientado na sentença recorrida, é que Cláudio José de Campos, pseudo-advogado dos trabalhadores, manifestou-se na audiência referente à Ação Trabalhista nº 79/2002, reconhecendo que foi procurado pela Sra. Madalena (2ª ré e sócia-gerente da empresa). Segundo ele, a Sra. Madalena teria afirmado que *"estava com alguns empregados a serem demitidos"* e que para pagar os valores

decorrentes da rescisão "a empresa exigiu uma ação para cada um" (fl. 81 dos autos apensados).

Quanto ao fato de o advogado, meses depois, ter alterado o teor de suas declarações no depoimento prestado perante o Delegado da Polícia Federal afirmando que fora procurado pelos ex-funcionários da ré (fl. 90 - ação ajuizada pelo Ministério Público Federal contra o advogado, em apenso), compartilho da conclusão externada pelo Juízo sentenciante, *verbis*:

"As declarações prestadas àquele Juízo da 4ª Vara do Trabalho devem prevalecer em relação a todas as demais provas, pela imediatidade e surpresa pelos fatos relatados em Juízo (...)" (sentença, fl. 77).

Há outro fato relevante invocado pelo Juízo sentenciante, *verbis*:

"Outro ponto que na ótica deste Juízo é tido como um reconhecimento de culpa das requeridas, é o fato de sua preposta naquela audiência e o seu procurador judicial se recusarem a fazer qualquer manifestação sobre o denunciado, ficando silente, aplicando-se daí o brocado popular de que 'quem cala consente'" (sentença, fl. 77).

Portanto, considero que os elementos que constam dos autos são suficientes para demonstrar o ilícito

apontado pelo *Parquet* em sua exordial, sendo inconsistente a tese recursal patronal de insuficiência de provas.

Em suma, da mesma forma que o Juízo originário, concludo, *verbis*:

"(...) evidenciada a intenção do empregador de inibir qualquer reivindicação de direito posterior a rescisão, restando claro que pretendia pagar os haveres rescisórios somente em Juízo, buscando assim um efeito homologatório com força de coisa julgada, na forma do Parágrafo Único do art. 831 da CLT." (fl. 77).

Em consequência, mantenho a sentença atacada no que tange às obrigações de fazer e respectivas *astreintes* acima referidas.

2) DA REDUÇÃO DA INDENIZAÇÃO DECORRENTE DOS DANOS CAUSADOS À ORDEM PÚBLICA (DANO MORAL COLETIVO)

Quanto à indenização decorrente dos danos causados à ordem pública (dano moral coletivo), as rés insurgem-se unicamente quanto ao valor fixado na sentença (R\$ 10.000,00). Pugnam pela redução desse valor, afirmando que em casos mais graves o valor arbitrado à indenização pouco passou dos R\$ 3.000,00.

Vejamos.

Assim decidiu o Juízo originário, *verbis*:

"(...) Pelas razões expostas, entendo punível o dano potencialmente causado pela empresa aos seus ex-empregados, entretanto considero elevado o valor pretendido, pelo que fixo a indenização por danos morais em R\$ 10.000,00, que deverá ser rateado entre cinco entidades filantrópicas de Joinville, ao final identificadas, em parcelas iguais de R\$ 2.000,00 cada, justificando este arbitramento em valor mais módico por entender que o verdadeiro objetivo da presente ação, e que exige maior rigor, é o pleito de pena cominatória para o caso de não atendimento das obrigações de não fazer, inibindo o comportamento que gerou o desencadeamento da presente ação civil pública.

"De outro modo, onerar excessivamente a empresa requerida é contraproducente, pois poderia desestruturar financeiramente o empreendimento que, inegavelmente prima por seu cunho social ao contratar de forma regular aproximadamente duzentos empregados." (sentença, fl. 70).

Pois bem.

Em favor das rés não merece reforma o *decisum*. Reduzir ainda mais a indenização para abaixo do valor de R\$ 10.000,00 fixado na sentença seria deixá-la praticamente inócua, retirando-lhe todo o seu caráter pedagógico e tornando-a incompatível com a gravidade dos atos perpetrados pela empresa e

com o seu presumido poderio financeiro (ressalto que na contestação foi afirmado que a empresa-ré possui duas filiais e quase 200 empregados - fl. 45).

Nego provimento ao recurso.

RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

1) DA OBRIGAÇÃO DE FAZER RELATIVA À OBSERVÂNCIA DOS PRAZOS DAS CONDIÇÕES E PRAZOS PREVISTOS NO ART. 477 DA CLT

O Juízo de 1º grau indeferiu o pedido de condenação das rés na obrigação de fazer consistente na plena observância dos prazos e condições previstos no art. 477 da CLT (e na fixação da respectiva *astreinte*), sob os seguintes fundamentos, *verbis*:

“Indefere-se, contudo, o pleito de estipulação de multa de R\$ 20.000,00 no caso de descumprimento das condições e prazos para pagamento das verbas rescisórias, conforme previsto nos §§ do art. 477 da CLT, pois o citado dispositivo legal já prevê uma pena no caso de infração, devendo prevalecer o entendimento dominante da doutrina e jurisprudência de não cabimento de dupla penalidade para a mesma falta.” (fl. 78).

Insurge-se o MPT, aduzindo em seu apelo, *verbis*:

"Com efeito, o (...) §8º [do art. 477 da CLT] trata de duas verbas: a multa administrativa, pelo descumprimento do preceito legal, e a multa reversível em favor do empregado lesado pelo atraso no pagamento das verbas rescisórias.

"Já a multa de que cuida o pedido em tela tem natureza de *astreintes*, visando a compelir a ré ao cumprimento da determinação judicial de observância das condições e prazos previstos no art. 477 da CLT, tendo como amparo legal a previsão contida no art. 287 do CPC.

"Vê-se, portanto, que as obrigações pecuniárias em apreço têm fatos geradores diversos, não havendo, assim, que se falar em dupla incidência" (fl. 92).

Vejamos:

Compartilho do entendimento esposado pelo *Parquet* em seu recurso. As multas previstas no art. 477 da CLT não afastam a possibilidade de fixação em Juízo de *astreinte*, com fundamento no art. 287 do CPC.

Defiro, pois, o pedido nos termos pleiteados.

Dou provimento ao recurso para impor às rés a obrigação de observar as condições e prazos estabelecidos no

art. 477 da CLT, sob pena de multa de R\$ 20.000,00, reversíveis ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

2) DA MAJORAÇÃO DA INDENIZAÇÃO DECORRENTE DOS DANOS CAUSADOS À ORDEM PÚBLICA (DANO MORAL COLETIVO)

Como relatado quando da apreciação do item 2 do recurso das rés, decidiu o Juízo originário fixar em R\$ 10.000,00 a indenização decorrente dos danos causados à ordem pública (dano moral coletivo).

Busca o MPT sua majoração para o valor inicialmente pleiteado: R\$ 60.000,00.

Vejamos.

O valor arbitrado pelo Juízo sentenciante, R\$ 10.000,00, é insuficiente e não se coaduna com a gravidade dos atos perpetrados pela empresa e com o seu presumido poderio financeiro.

Logo, dou provimento para majorar o valor da indenização decorrente dos danos causados à ordem pública, elevando-o para R\$ 60.000,00.

3) DO DESTINATÁRIO DA INDENIZAÇÃO POR DECORRENTE DOS DANOS CAUSADOS À ORDEM PÚBLICA (DANO MORAL COLETIVO)

Após fixar a indenização decorrente dos danos causados à ordem pública (dano moral coletivo), O Juízo

originário determinou que essa indenização fosse rateada entre cinco entidades filantrópicas de Joinville, em parcelas iguais.

Insurge-se o MPT, afirmando *verbis*:

"(...) o art. 13 da Lei nº 7.347/1985 é bastante claro ao dispor que o valor da indenização pelos danos causados aos interesses difusos e coletivo de que trata a ação civil pública será revertido a um fundo, *'sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados'*.

"Nesse espírito, tratando-se, *in casu*, de lesão a direito do cidadão trabalhador, deve a indenização reverter ao FAT, criado pela Lei nº 7.998/1990, cujos recursos devem, nos termos da lei, ser direcionados à assistência do trabalhador desempregado.

"Ainda que se argumentasse que, no âmbito de suas atribuições, as entidades indicadas pelo MM. Juízo poderiam, de alguma forma, reverter os recursos em tela a ações voltadas para trabalhadores, como se realizaria a fiscalização desse destino?" (fl. 94).

Pois bem.

Com fundamento no diploma legal invocado pelo *Parquet*, dou provimento ao recurso, determinando que a

indenização decorrente dos danos causados à ordem pública reverta ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.

Pelo que,

ACORDAM os Juízes da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS. No mérito, por igual votação, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DAS RECLAMADAS. Sem divergência, DAR PROVIMENTO AO RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO para impor às rés a obrigação de observar as condições e prazos estabelecidos no art. 477 da CLT, sob pena de multa de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), reversíveis ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); para majorar o valor da indenização decorrente dos danos causados à ordem pública, elevando-o para R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais); e para determinar que a indenização decorrente por danos causados à ordem pública reverta ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. Arbitrar o valor provisório à condenação em R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Custas na forma da lei.

Intimem-se.

Participaram do julgamento realizado na sessão do dia 22 de março de 2005, sob a Presidência do Exmo. Juiz Marcus Pina Mugnaini, os Exmos. Juízes Maria do Céu de Avelar e Marcos Vinicio Zanchetta. Presente a Ex.^{ma} Dr.^a Dulce Maris Galle, Procuradora do Trabalho.

Florianópolis, 22 de abril de 2005.

MARCOS VINICIO ZANCHETTA

Relator

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

\FB